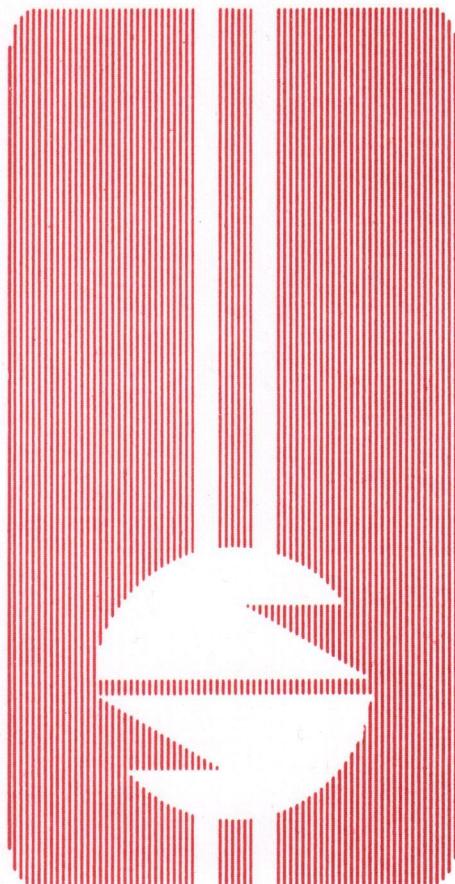


análise econômica

- ◆ UM SÉCULO DE INFLAÇÃO:
A EVIDÊNCIA EMPÍRICA
Fábio Sá Earp
- ◆ REGIÕES-CHAVE NA INTEGRAÇÃO
ECONÔMICA REGIONAL
Nali de Jesus de Souza
- ◆ THE SRAFFIAN INTERPRETATION
OF RICARDO: A CRITIQUE
José Ricardo Bezerra Nogueira
- ◆ QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE
E FALHAS DE MERCADO
Francisco de Sousa Ramos
- ◆ EFEITOS ECONÔMICOS DE ESTRATÉGIAS
DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES
Wilson da Cruz Vieira
- ◆ "KEYNESIANS", MONETARISTS, NEW
CLASSICALS AND NEW KEYNESIANS
Fernando Ferrari Filho
- ◆ DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DO TRABALHO
NA INDÚSTRIA BRASILEIRA
Antonio Lisboa Teles da Rosa
- ◆ CURSO DE EXTENSÃO EM ECONOMIA
PREPARATÓRIO PARA A ANPEC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Hélgio Henrique Casses Trindade

FACULDADE DE CIÉNCIAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Pedro Cézar Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PEQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Paulo Alexandre Spohr

DEPARTAMENTO DE CIÉNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Gentil Corazza

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Roberto Camps Moraes

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Aray Miguel Feldens

CONSELHO EDITORIAL: Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Eugenio Lagemann, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno R. L. de Figueiredo Pinto, Otília Beatriz K. Carrion, Paulo Alexandre Spohr, Paulo Dabdab Waquil, Pedro Cézar Dutra Fonseca, Roberto Camps Moraes, Valter José Stulp, David Garlow (Wharton Econometrics Forecasts Association, E.U.A.), Edgar Augusto Lanzer (UFSC), Eleutério F. S. Prado (USP), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Gustavo Franco (PUC/RJ), João Rogério Sanson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Juan H. Moldau (USP), Werner Baer (Univ. de Illinois, E.U.A.).

COMISSÃO EDITORIAL: Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Paulo Dabdab Waquil, Marcelo Savino Portugal, Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Cláudia Porto Silveira, Jeferson Luis Bittencourt e Vanete Ricacheski (revisão de textos).

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte.

Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e recensões.

Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA

Revista Análise Econômica

Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3348 e 316-3440

Fax: (051) 225-1067

UM SÉCULO DE INFLAÇÃO: A EVIDÊNCIA EMPÍRICA

Fábio Sá Earp*

SINOPSE

Através da apresentação e análise dos dados disponíveis para a inflação brasileira, este artigo tem por objetivo mostrar que esta não se encaixa no perfil de disfunção de curto prazo adotado pela Macroeconomia do *mainstream*. Estudando a inflação dos países da OECD e do Brasil, entre 1891 e 1990, defende-se a possibilidade da existência de um padrão inflacionário típico dos países latino-americanos, que não guarda relações profundas com a inflação dos países industrializados. Para a análise dos dados, o intervalo de tempo é dividido em diferentes períodos, que correspondem aos padrões monetários internacionais vigentes naqueles momentos.

1. INTRODUÇÃO

A inflação brasileira é usualmente estudada à luz da macroeconomia do *mainstream*, que trata do fenômeno com disfunção de curto prazo. Nada poderia estar mais distante do quadro inflacionário brasileiro, e não espanta que nossa economia seja imune às terapias prescritas nos melhores manuais.

Este trabalho se propõe mostrar, da maneira mais simples, que o perfil dos dados disponíveis afasta qualquer possibilidade de comparação entre o Brasil e os países da OECD, abrindo a possibilidade de formação de um padrão inflacionário típico dos países latino-americanos que tentaram a substituição de importações.

Observando-se a inflação brasileira entre 1891 e 1990, conforme a Tabela 1, pode-se verificar algumas características peculiares ao País. Primeiro, os preços só são estáveis em 1914, 1932 e 1933. Segundo, a deflação só aparece em 13 dos 100 anos, o último dos quais foi em 1931. Terceiro, a inflação só esteve na faixa de 1 a 5% anuais em 14 anos, e isto não mais ocorre desde 1950. Quarto, em 56 anos, a inflação esteve acima dos dois dígitos anuais. Quinto, desde 1980, o menor valor para a inflação (98% de 1982) foram superiores ao maior valor encontrado até então (81% de 1964).¹

A leitura destes números poderia sugerir que a inflação brasileira seria mais antiga e intensa do que nos demais países industrializados. Vejamos, então, até que ponto esta é, de fato, uma característica brasileira. Para isso recorrerei aos conhecidos estudos de Buesco, Goldsmith e Schwartz

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense.

¹ Ver Tabela 1. É preciso justificar a escolha de um índice de preços por atacado para o primeiro período, em contraste com o uso de preços ao consumidor para todas as demais séries, do Brasil como dos demais países. A razão é que os dados existentes para os preços ao consumidor, antes de 1913, são objeto de profundas críticas. Embora para trabalhos desta natureza não haja grandes diferenças entre resultados obtidos a partir de uma ou outra série, optei pelo dado mais confiável.

Cód. AEA 131	Palavras-chave: tipos de inflação, padrões monetários internacionais, padrão inflacionário latino-americano.
-----------------	---

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 14	Março/ Setembro 96	p. 3-15
-------------------	--------	--------------------	---------

2. TRÊS ESTUDOS CLÁSSICOS

Comecemos com algumas palavras sobre a história mais remota. A análise de Buescu (1973) mostra que as fontes disponíveis apontam para uma leve mas contínua alta de preços no Brasil, desde o final do século XVI, a taxas em geral bastante modestas, exceto durante o auge da mineração. Assim, durante o ciclo do açúcar, imperou uma inflação que o autor considera rastejante, a qual arrefeceu até o início da mineração; durante o apogeu desta, ocorreu uma inflação galopante, que desacelerou em seguida. Do período da Independência até a Abolição do Tráfico Negreiro, a inflação flutuou, voltando a acelerar-se após a Guerra do Paraguai. Os últimos anos do Império foram de equilíbrio.

O que chama a atenção de Buescu são duas características desta história. A primeira é a persistência da inflação, ainda que modesta. O autor afirma que, a partir da experiência brasileira, não há como afirmar ou negar a teoria quantitativa da moeda, visto que se alternam momentos em que a expansão monetária parece ter sido uma causa autônoma do aumento de preços, com outros em que, inversamente, parece ter apenas sancionado aumentos pretéritos. A segunda é a inexistência de ciclos do tipo de Kondratieff, pela quase inexistência de depressões.

A ponte entre os períodos da Colônia e Império, abordados por Buescu, e o último século, que pretendemos abordar, está em Goldsmith (1986). Este autor mostra que os preços no Brasil, de atacado como de varejo, cresceram a uma taxa anual de aproximadamente 10%, entre 1850 e 1980, enquanto o dado equivalente para os Estados Unidos é de 2%. As taxas variam segundo os períodos: assim, entre 1850 e 1889 foi de 2%; no meio século seguinte foi de 40%; no pós-guerra passou para 30% e atingiu a casa dos 100% no início da década de 80.

Dividindo sua análise em três períodos - o Império (1850-1889), a Primeira e Segunda Repúblicas (1889-1945), e o período do pós-guerra (1945-1980) - Goldsmith assinala que embora a tendência seja a de elevação permanente dos preços, existem exceções:

No decorrer destes 130 anos houve a repetição de grandes surtos inflacionários: 1853/54; 1864/66, 1869, 1889/94; 1915/24; 1942/66; 1974/80. Todavia, antes da 2ª Guerra Mundial, houve extensos períodos em que se registram preços quase estáveis (1880/88; 1905/14; 1924/34), e mesmo algumas seqüências de quedas de preços, ocorridas nos anos de 1861/63, 1870/71; 1879/80, 1900/05, 1930/31. A diferença entre os três períodos está muito bem demonstrada pelo fato de que no primeiro, a média anual de um índice de custo de vida (...) decresceu em 18 entre 39 anos, ou 46%; no segundo período, em 18 entre 57 anos (...). Mas de 1946 a 1980, e na realidade desde 1933, não decresceu nem um ano (...). O que tinha sido através dos anos 30 um movimento ascendente irregular no nível de preços tornou-se assim uma tendência crescente ininterrupta, que deveria limitar progressiva, porém lentamente, a ilusão monetária. (Goldsmith, 1986, p.17).

Assim, destes dois autores se pode concluir que a inflação brasileira passou por diferentes momentos, mas, acima de tudo, ela ainda persiste.

A comparação com a experiência internacional pode ser feita com o recurso a um estudo de Schwartz. Este mostra como, na Europa Ocidental, sucederam-se períodos de elevação de preços, "apparently for as long as money has been used as a medium of exchange" (Schwartz, 1973, p.264). Até o século XVIII as fontes de expansão e contração monetária eram a oferta de metais preciosos e a cunhagem de moeda, posteriormente suplantadas por papel moeda. Os preços tenderam a

evoluir acompanhando as variações o estoque de moeda, exceto durante o século XVI na Inglaterra. Além disso, o produto aparentemente acompanhou o movimento dos preços, exceto durante os períodos de pragas, guerras, imediato pós-guerras e a Grande Depressão de 1929-32. Nos séculos recentes esta evolução de preços ocorreu aproximadamente nas mesmas datas em quase todos os países, propagados pelos efeitos do comércio internacional e dos movimentos de reservas metálicas sobre a oferta interna de moeda.²

O contraste entre as conclusões dos dois estudiosos do caso brasileiro e as de Schwartz apontam para a existência de dois padrões distintos de comportamento das séries de preços diferenciando o Brasil dos países centrais. Ainda que não se tente aqui estabelecer nenhuma explicação teórica ou histórica, parece haver material para justificar o esforço de uma análise de longas séries capazes de traçarem um quadro empírico que sirva de referência mínima para as discussões sobre a inflação no longo prazo.

3. METODOLOGIA

Passemos então à avaliação dos dados disponíveis. Reuni séries sobre taxas anuais de inflação referentes ao último século, comparando o Brasil com um grupo de dez países da OECD e três da América Latina.³

Dividi as taxas de crescimento de preços em seis faixas: *deflação* (crescimento anual dos preços abaixo de -1%), *variação imperceptível* (entre -1 e 1% a.a.), *inflação rastejante* (entre 1 e 5% a.a.), *inflação galopante* (entre 10% e 50% a.a.) e *hiperinflação* (acima de 50% a.a.).

Cabe aqui uma palavra acerca desta taxionomia adotada para a inflação. Apesar das fronteiras numéricas, o critério para o estabelecimento de marcos entre os diferentes tipos de inflação é essencialmente qualitativo e baseia-se na visibilidade das mudanças do nível geral de preços, capazes de induzirem a mudanças no comportamento dos agentes. Assim é que variações ínfimas no IGP (abaixo de 1% anuais, positivas ou negativas) são *imperceptíveis*, mesmo para quem se utilize de instrumentos apurados de aferição.

Uma inflação *rastejante*, entre 1% e 5% anuais, pode ser percebida apenas por aqueles que utilizam índices precisos, mas que dificilmente mudará o comportamento dos agentes - aí incluído o governo - em períodos pequenos (digamos, de alguns meses). Em suma, este tipo de inflação se caracteriza por não exigir uma resposta imediata.

Uma inflação *aberta* (entre 5% e 10%) provoca, no prazo de um ano, um desgaste perceptível nos ativos monetários, induzindo os agentes mais bem informados a renegociarem os contratos que regem suas receitas. Já numa inflação *galopante* (de 10 a 50%) praticamente todos os agentes percebem o que se passa, o que vai afetar sua conduta na renegociação de contratos, induzindo comportamentos conflitivos. Além disso, a moeda perde claramente sua função de reserva de valor, o que induz os agentes a

² Uma abordagem mais eclética da questão está em Braudel (1979), que em seu ceticismo quanto às diversas teorias preocupa-se menos com a testagem de hipóteses e a rigidez analítica do que com a convergência das diversas análises quanto à oscilação cíclica. Ver Braudel (1979).

³ Trata-se de Alemanha, Áustria, Austrália, Bélgica, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Suécia, Argentina, Chile e México. Para os três últimos existem dados apenas a partir de 1941.

substituí-la por ativos reais, divisas ou títulos.⁴

Acima de 50% a a. a taxa de inflação é alta demais para que qualquer segmento social possa suportar as perdas de renda nela embutidas. O conflito distributivo se torna claro e a moeda perde o papel de unidade de conta da economia. Além de um certo patamar ainda mais alto desaparece, também, o papel de meio de pagamento, momento em que a moeda deixa de existir e sociedade entra em uma crise, com a paralisação da produção, da qual só sairá com um novo padrão monetário. Chamo a estes níveis de preços de *hiperinflação*.

É perigoso desafiar a tradição, e no caso esta é representada pelo conceito de Cagan (1956), que estabelece como marco a taxa de 50% ao mês, ou 12.875% ao ano. No entanto, estou recorrendo aqui à conceituação de Salama e Valiers (1990), que redefinem hiperinflação a partir da ocorrência de três fenômenos: (i) a alta de preços torna-se, simultaneamente, exponencial, incontrolável e imprevisível; (ii) os preços relativos perdem cada vez mais coerência, o que realimenta a alta de preços; (iii) a moeda nacional perde cada vez mais suas funções essenciais, o que inviabiliza a produção mercantil.

A observação da experiência histórica da amostra de países da OECD mostra que 50% ao ano é um valor a partir do qual a alta de preços é uma ameaça ao padrão estabelecido de distribuição de renda e de riqueza. Meu conceito de hiperinflação, então, coloca nesta categoria fenômenos que exigem a colocação do valor da moeda como prioridade primeira nas preocupações dos agentes.

Existem três possibilidades óbvias para uma inflação neste patamar. Primeiro, ela é combatida com sucesso, o que parece ocorrer na maioria dos casos conhecidos. Segundo, ela explode e atinge níveis altíssimos até a destruição da moeda, como nas hiperinflações clássicas estudadas por Bresciani-Turroni (1989), Bomberger e Makinem (1986), Sargent (1986) e Merkin (1986). Terceiro, a sociedade se organiza para conviver com o elevado nível de preços e o faz com sucesso.

Este último é o caso das inflações latino-americanas das últimas décadas, nas quais as características das hiperinflações estão presentes mas não se caminha para o caos.⁵ Assim, nem se perde o controle das altas de preços, nem a moeda perde todas as funções para a maior parte dos agentes, nem a produção fica paralisada. E este processo se mantém por um longo tempo, durante anos sem fim. A tal patologia social Salama e Valiers chamam *hiperinflação rastejante*, para diferenciar-se do processo explosivo dos casos clássicos para os quais reservam o rótulo *hiperinflação aberta*.

Para esta, suspeito que os 50% mensais de Cagan sejam um bom marco inicial, pois acima desta faixa o cálculo econômico em moeda nacional tornou-se impossível, perdendo a mesma a função de unidade de conta, e restando apenas o papel de meio de pagamento. Ora, a clássica fuga da moeda verificada em tal situação faz com que ao fim de meses ou poucos anos de agonia nem mais como

⁴ Para quaisquer movimentos negativos de preços adotei o termo *deflação*. Para objetivos deste texto não achei necessário estudar os fenômenos deflacionários, não precisando, portanto, desdobrar o conceito por faixas - embora, em princípio, pareça-me que se poderia adotar uma classificação algo simétrica à dos casos de inflação.

⁵ A possibilidade de convivência depende da implantação de determinados parâmetros institucionais que se pode denominar *cultura inflacionária*. Ver Earp (1993).

meio de pagamento o padrão nacional seja aceito, o que causa a crise final e sua substituição por outro.

Para os propósitos deste trabalho, porém, não há necessidade de desdobrar a hiperinflação nestes dois subconjuntos, razão por que procuro não exaurir o leitor com uma taxionomia demasiado abrangente e mantendo um só título para ambos os casos de hiperinflação.

4. RESULTADOS

Voltemos agora à nossas séries de taxas de inflação. Para o período de 1891 a 1990 como um todo, como mostra a Tabela 2, a taxa de crescimento dos preços no Brasil é 89,91% ao ano, contra 17,79% no países da OECD e 79,14% nos países da América Latina (daqui em diante, AL). Passando para a distribuição de frequência, na Tabela 3, vemos que a posição brasileira acompanha a da AL, centrada numa inflação galopante (40% dos casos no Brasil, 51% na AL). Em contraste, entre os países da OECD a moda é a inflação rastejante, exceto o Japão (inflação aberta) e a França (galopante). Outro fenômeno a destacar é que a deflação, afastada de nossa história há seis décadas, ocorreu com praticamente a mesma frequência no Brasil e na OECD (respectivamente, 13% e 15% dos casos).

Pela observação dos dados até aqui arrolados poder-se-ia, portanto, intuir que o que caracteriza a inflação brasileira é um valor muito superior ao da maioria dos países da OECD. No entanto, as médias em geral e as médias para longos períodos em particular são freqüentemente enganosas. Para evitar maiores equívocos subdividi o século em quatro períodos, segundo o padrão monetário internacional em vigor. Assim, no que chamei de *Belle Époque* (1891-1913) vigorava o padrão-esterlina; no *Período Entre Guerras* (1914-1948) não vigorou nenhum padrão monetário extenso e duradouro; no *Período de Bretton Woods* (1949-1970) vigorou o padrão-dólar; e no *Período Contemporâneo* (1971-1990) novamente não temos nenhum padrão definido.⁶

Na *Belle Époque* os dados indicam que, ao contrário do que tinha ficado evidenciado pela média secular, o Brasil estava na mesma faixa de variação de preços que os países da OECD: tanto lá como cá a inflação média era rastejante (respectivamente 2,75% e 1,11%, como mostra a Tabela 5). Trabalhando-se um pouco a amostra, na Tabela 4, vemos que alguma diferença aparece, pois se expurgarmos o Japão (5,04% a.a.) e a Bélgica (1,1% a.a.), todos os demais têm inflações imperceptíveis. A observação das variâncias mostra que as mesmas são pouco expressivas, com exceção do Japão - e, secundariamente, do Brasil (respectivamente 4 e 3 dígitos). Observando-se agora a distribuição de frequência (Tabela 6) nos deparamos com uma outra diferença: no Brasil a inflação oscila muito, indo desde a moda deflacionária (39% dos casos) às inflações aberta e galopante (22% dos casos cada). Em contraste, nos países da OECD a moda é de inflação rastejante (36% das ocorrências), daí se deslocando para a deflação ou para a variação imperceptível (frequência de 26% em ambas as faixas).

Ou seja, o que caracteriza a *Belle Époque* é ser o período em que as deflações são mais freqüentes, em que os preços pouco variam nos países industrializados e quando, em todos os países, as variações inflacionárias são contrabalançadas por

⁶ Para caracterização dos padrões internacionais ver Aglietta (1987)

deflações. E o Brasil é caracterizado como o país que, junto com a Bélgica, ostenta o recorde da *deflação*.

No *Período Entre Guerras* a especificidade brasileira se mantém. Agora o Brasil passou a ser o país da inflação aberta, em contraste com os países da OECD onde, em média, predomina a hiperinflação. De fato, a taxa de inflação média brasileira foi de 6,77%, contra 58,72% dos países da OECD e 14,99% dos países da América Latina.⁷ Na verdade, da amostra dos países escolhidos, apenas Austrália, EUA, Reino Unido, Suécia e Bélgica têm inflações inferiores à brasileira (e para a Bélgica não há dados em 1914-21 e 1941-46, típicos de inflações galopantes ou hiperinflações nos países que tiveram seus territórios transformados em campos de batalha).

Aqui, a média é bastante enganosa quanto ao ocorrido no Brasil e nos países da OECD, uma elevada variância nos países da OECD (4 a 7 dígitos), puxada pelos que foram atingidos pela hiperinflação - Alemanha, Áustria, Japão e Itália - recomenda o uso de outros indicadores.

Trabalhando-se com a distribuição de freqüências (Tabela 9) chega-se a resultados mais esclarecedores. No que diz respeito ao Brasil a dispersão é muito grande: em um terço do período, a inflação esteve na faixa *galopante*, passado 23% na faixa aberta e outros tantos na faixa *rastejante*, 6% na *imperceptível* e 14% na *deflação*. Algo semelhante vai ocorrer nos países da OECD: têm praticamente os mesmo valores para as ocorrências de *deflação*, inflação *rastejante* e inflação *galopante*. Em suma, é um período em que a falta de paz - e, secundariamente, de um padrão monetário internacional - faz com que a inflação seja muito diferenciada no tempo e no espaço.

No *Período de Bretton Woods*, a inflação média brasileira foi de 30,21% a.a., valor que não seria considerado como nenhuma excrescência no período anterior, mas que choca quando comparado aos 3,88% do bloco da OECD e é levemente atenuado pelos 20,8% do bloco latino-americano. É notável a proximidade das variâncias, que fica em dois dígitos para toda a amostra, exceto Brasil, Argentina e Chile, onde atinge a 3 dígitos (Tabela 10). Neste período, a análise da distribuição de freqüência confirma amplamente o que é indicado pela média.

No *Período Contemporâneo*, a descolagem entre as taxas de inflação é total: no Brasil 319,9%, no bloco da América Latina 201,63% e no bloco da OECD apenas 7,46%. A uniformidade das variâncias na OECD com 1 ou 2 dígitos contrasta com a uniformidade latino-americana, com 6 dígitos. Novamente a análise da distribuição de freqüência vai ser útil (Tabela 15). No caso brasileiro, em 60% do período o País esteve em hiperinflação, e o restante em inflação galopante. O mesmo não acontece na América Latina, onde inflação galopante é fortemente diferenciado por país. Assim é que no México a moda foi a inflação aberta, no Chile a galopante e ocorrendo apenas na Argentina a hiperinflação.

4. CONCLUSÃO

À luz dos dados apresentados, o Brasil pode ser visto como o País da deflação (como na *Belle Époque*), da inflação aberta (*Entre Guerras*), da inflação galopante (*Bretton Woods*), e da hiperinflação (*Período Contemporâneo*). Mas o que é realmente caraterístico é que a inflação brasileira, exceto no *Entre-Guerras*,

⁷ Lembrando que os dados sobre estes últimos começam apenas em 1941

está sempre na contramão da tendência da OECD. Assim, existe fundamento empírico para afirmar a especificidade da inflação brasileira diante do fenômeno mundial, mesmo em quatro padrões cambiais diferentes.

Resta, claro, a tarefa nada simples de explicar porque esta especificidade se manifesta - o que, no período que se seguiu a Bretton Woods, significa explicar porque, ainda que a taxas diferenciadas, esta inflação permanece e não pára de crescer. Isto, porém, exige uma teoria e uma análise histórica que, até onde conheço, ainda não estão disponíveis no mercado.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1 - Inflação brasileira: 1891-1990

Ano	Inflação	Ano	Inflação	Ano	Inflação	Ano	Inflação
1891	25,38	1916	07,21	1941	10,68	1966	51,60
1892	23,50	1917	10,08	1942	11,40	1967	32,31
1893	16,20	1918	12,21	1943	10,24	1968	24,33
1894	01,25	1919	03,40	1944	12,86	1969	22,22
1895	-08,76	1920	09,87	1945	16,46	1970	17,95
1896	06,39	1921	02,99	1946	16,30	1971	24,07
1897	17,15	1922	09,30	1947	21,96	1972	17,84
1898	04,52	1923	10,11	1948	03,45	1973	13,37
1899	-02,74	1924	16,91	1949	04,44	1974	24,48
1900	-08,96	1925	07,02	1950	04,20	1975	28,95
1901	-12,97	1926	02,70	1951	07,71	1976	41,89
1902	-12,15	1927	02,63	1952	15,81	1977	43,62
1903	-01,43	1928	-01,47	1953	12,92	1978	38,76
1904	05,02	1929	-00,74	1954	19,12	1979	52,74
1905	-16,51	1930	-08,99	1955	20,44	1980	82,80
1906	07,12	1931	-03,7	1956	24,26	1981	105,57
1907	06,09	1932	00,43	1957	20,85	1982	98,00
1908	04,90	1933	-00,85	1958	16,42	1983	141,98
1909	-10,91	1934	07,73	1959	30,16	1984	196,74
1910	-01,29	1935	05,58	1960	31,63	1985	226,97
1911	08,00	1936	14,72	1961	30,89	1986	143,74
1912	11,34	1937	07,57	1962	47,38	1987	229,80
1913	02,00	1938	04,28	1963	71,94	1988	682,80
1914	00,00	1939	02,64	1964	81,39	1989	1.286,91
1915	08,82	1940	03,00	1965	76,75	1990	2.917,05

Fontes: período 1889-1912: Catão, 1992; período 1913-1987: IBGE, 1986; período 1988-1990: FMI, 1992.

Tabela 2 - Inflação anual: 1891-1990

Período	Brasil	AVG OECD	AVG América Latina	Média
Belle Époque	02,75	01,11	-	01,93
Entre guerras	06,77	58,72	14,99	26,83
Bretton Woods	30,21	03,88	20,80	18,30
Contemporâneo	319,90	07,46	201,63	176,33
Média do século	89,91	17,79	79,14	62,28

Fonte: Tabelas 4, 7, 10 e 13

Tabela 3 - Frequência das taxas de inflação por faixas de período: 1891-1990

Países	I<-1	-1<I<1	1<I<5	5<I<10	10<I<50	I>50	Moda
Alemanha	10	19	49	11	07	04	1<I<5
Áustria	11	17	38	15	07	12	1<I<5
Austrália	14	12	39	22	13	00	1<I<5
Bélgica	16	10	33	17	10	00	1<I<5
EUA	15	23	38	15	9	00	1<I<5
França	16	10	24	20	27	03	10<I<50
Itália	17	08	28	21	22	04	1<I<5
Japão	17	10	24	28	18	03	5<I<10
R. Unido	14	16	38	18	14	00	1<I<5
Suécia	16	14	38	18	14	00	1<I<5
Brasil	13	03	14	14	40	16	10<I<50
Argentina	00	01	04	02	25	18	10<I<50
Chile	00	00	00	03	37	10	10<I<50
México	01	01	16	08	20	07	10<I<50
Total OECD	146	139	349	185	141	26	
% OECD	15	14	35	19	14	03	1<I<5
Total América Latina	01	02	20	13	82	35	-
% América Latina	01	01	13	08	54	23	10<I<50
% Brasil	13	03	14	14	40	16	10<I<50

Fonte: Tabelas 4, 7, 10 e 13.

Tabela 4 - Inflação anual: Belle Époque

Ano	Alemanha	Austrália	Bélgica	EUA	França	Itália	Japão	R. Unido	Suécia	Brasil	
1891	1,09	2,42	-8,75	0,00	0,00	1,76	0,00	-2,77	0,00	3,06	25,38
1892	-0,48	-3,23	-3,74	-4,20	0,00	-0,86	-5,04	1,66	1,15	-1,66	23,50
1893	-5,68	-0,39	-5,35	-3,46	0,00	-1,63	-0,62	71,96	-1,13	-4,10	16,20
1894	-1,41	-0,52	-6,29	-2,15	-3,74	3,21	-1,24	-38,45	-4,47	-5,03	1,25
1895	0,26	1,69	0,55	-2,44	-3,77	-2,57	3,64	8,83	-2,28	1,72	-8,76
1896	1,94	-3,95	5,45	-3,63	0,00	-1,65	-3,52	7,51	0,00	-0,78	6,39
1897	1,78	2,52	1,81	1,30	0,00	-2,68	1,26	16,23	2,33	3,28	17,15
1898	0,12	3,24	0,51	0,00	0,00	1,38	5,46	7,47	3,60	4,83	4,52
1899	2,12	0,0	1,77	1,28	0,00	1,36	-2,35	-6,95	-2,32	4,36	-2,74
1900	3,05	-1,13	-2,61	13,31	0,00	0,00	0,60	12,82	5,93	1,05	-8,96
1901	-0,12	-1,27	7,01	2,24	0,00	0,56	-4,07	-1,87	-1,23	-2,41	-12,97
1902	0,24	-1,29	0,71	-2,19	3,92	-1,22	-1,87	4,25	0,00	0,82	-12,15
1903	0,00	0,26	-2,01	0,00	3,89	-0,34	6,87	5,49	1,13	1,75	-1,43
1904	0,59	2,99	0,00	-12,86	0,00	-1,47	-2,86	2,67	1,12	-1,26	5,02
1905	3,18	8,58	3,02	2,44	0,00	-0,46	1,10	2,99	0,00	2,21	-16,51
1906	5,47	0,81	2,22	9,65	0,00	1,61	5,33	4,04	1,11	2,05	7,12
1907	-0,54	1,50	2,06	3,31	3,74	1,36	0,00	7,39	2,08	5,13	6,09
1908	-0,54	3,86	-1,01	1,11	-3,61	2,35	-1,15	-3,61	-2,04	1,48	4,90
1909	3,28	2,64	-0,45	-1,09	0,00	-0,33	2,79	-1,64	0,99	-0,84	-10,91
1910	4,13	-0,32	1,59	2,10	3,74	11,40	6,68	0,83	2,17	-0,11	-1,29
1911	0,51	6,08	4,60	6,28	0,00	-8,96	2,02	7,32	1,06	-1,37	8,00
1912	1,43	1,01	3,97	6,83	3,50	9,51	3,02	6,38	3,05	6,63	11,34
1913	0,70	-0,50	3,09	-4,58	2,46	-1,28	1,01	3,41	2,04	0,30	2,00
Média	0,87	1,10	0,35	0,58	0,44	0,48	0,74	5,04	0,62	0,92	2,75
Variância	5	8	14	27	5	15	11	305	5	8	124

Fontes: (i) para o Brasil: as mesmas citadas anteriormente; (ii) para os países de OECD, período 1891-1980: Maddison (1982); período 1981-1990: FMI, op. cit., diversos números; (iii) países latino-americanos, período 1941-1979: Wilkie e Harber, diversos números; períodos 1980-1990: FMI, op. cit. diversos números

Tabela 5 - Inflação anual. Belle Époque

Ano	Brasil (A)	AVG. OECD (B)	(A-B)	Ano	Brasil (A)	AVG. OECD (B)	(A-B)
1891	25,38	-0,32	25,70	1904	05,02	-01,11	-06,13
1892	23,50	-01,64	25,14	1905	-16,51	02,30	-18,81
1893	16,20	04,96	11,24	1906	07,12	03,23	03,89
1894	01,25	-06,01	07,26	1907	06,09	02,60	03,49
1895	-08,76	00,56	09,32	1908	04,90	-00,32	05,22
1896	06,39	00,14	06,25	1909	-10,91	00,56	-11,47
1897	17,15	02,78	14,37	1910	-01,29	03,22	-04,51
1898	04,52	02,66	01,86	1911	08,00	01,65	06,35
1899	-02,74	-00,07	-02,67	1912	11,34	04,53	06,81
1900	-08,96	03,30	-12,26	1913	02,00	00,67	01,33
1901	-12,97	-00,12	-12,85	Média	02,75	01,11	01,63
1902	-12,15	00,34	-12,49	Variância	124	05	-
1903	-01,43	01,70	-03,13				

Fonte: Tabela 4.

Tabela 3 - Frequência das taxas de inflação por faixas: período Belle Époque

Países	I<1	-1<I<1	1<I<5	5<I<10	10<I<50	I>50	Moda
Alemanha	03	10	10	-	-	-	-1<I<1 e 1<I<5
Austrália	06	06	08	03	-	-	1<I<5
Bélgica	07	05	09	02	-	-	I<1
EUA	09	03	07	03	1	-	-1<I<1
França	3	14	6	-	-	-	1<I<5
Itália	07	07	07	01	01	-	I<1, -1<I<1 e 1<I<5
Japão	08	04	08	03	-	-	I<1 e 1<I<5
R. Unido	05	01	07	07	03	-	1<I<5 e 5<I<10
Suécia	06	05	11	01	-	-	I<1<5
Brasil	06	05	10	01	-	-	I<1<5
Total OECD	60	60	83	22	05	00	-
% OECD	26	26	36	10	02	00	1<I<5
% Brasil	39	00	17	22	22	00	I<1

Fonte: Tabela 4

Tabela 7 - Inflação anual: Período Entre Guerras

Ano	Aleman.	Austria	Austral.	Bélgica	EUA	França	Itália	Japão	R. Unido	Suécia	Brasil	Argen.	Chile	Méxic.
1914	03,00	-	08,60	-	01,30	-00,40	-01,50	-10,00	00,00	02,00	00,00	-	-	-
1915	25,00	58,00	13,00	-	02,00	20,00	09,00	-06,00	24,00	15,00	08,82	-	-	-
1916	32,00	113,29	03,54	-	12,75	12,50	42,20	08,51	15,32	13,04	7,21	-	-	-
1917	49,09	99,41	-00,85	-	20,00	20,74	44,52	19,61	23,08	22,31	10,08	-	-	-
1918	23,58	73,07	03,45	-	22,46	30,67	29,02	31,97	13,64	37,74	12,21	-	-	-
1919	32,57	114,27	10,83	-	14,20	25,82	14,53	32,30	09,50	17,35	03,4	-	-	-
1920	145,66	105,26	18,80	-	00,52	38,43	41,09	05,16	13,24	4,67	09,87	-	-	-
1921	31,41	95,13	-05,06	-	-12,89	-10,24	00,00	-06,25	-09,68	-08,18	02,99	-	-	-
1922	1022,37	2544,40	-06,00	-07,10	-02,37	-05,41	00,00	00,00	-19,20	-19,84	09,30	-	-	-
1923	6000,00	-	07,09	17,35	01,82	09,21	01,93	-01,90	-02,76	-10,10	10,11	-	-	-
1924	-	13,16	-01,32	17,54	00,00	14,83	01,05	00,49	00,00	-02,25	16,91	-	-	-
1925	09,38	12,79	02,68	06,18	02,98	07,34	20,58	01,93	00,00	01,72	07,02	-	-	-
1926	00,71	06,19	03,27	21,29	-01,16	32,08	06,55	-03,79	-02,84	-02,26	02,7	-	-	-
1927	04,96	02,91	-00,63	23,01	-02,34	05,89	-11,49	-00,49	-02,34	-01,16	02,63	-	-	-
1928	02,70	01,89	00,64	02,42	-01,20	-01,52	-06,58	-02,97	00,00	00,58	-01,47	-	-	-
1929	01,32	02,78	01,90	05,78	00,00	06,34	-01,57	-02,04	00,00	-01,16	-00,74	-	-	-
1930	-03,90	00,00	05,59	03,60	-02,42	-00,48	-05,37	-09,38	-05,99	-02,94	-08,99	-	-	-
1931	-08,11	-04,50	-09,87	-10,19	-08,70	-01,46	-11,55	-08,62	-05,73	-03,03	-03,70	-	-	-
1932	-11,03	01,89	-05,11	-10,15	-10,88	-10,34	-06,41	00,63	-03,38	-02,50	00,43	-	-	-
1933	-2,48	-01,85	-03,08	-01,19	-05,34	-04,76	-07,87	04,38	00,00	-00,64	-00,85	-	-	-
1934	02,54	00,00	01,59	-03,91	04,03	-05,58	01,93	02,40	00,00	00,00	07,73	-	-	-
1935	01,65	00,00	01,56	00,63	02,33	-10,39	02,97	01,75	00,00	00,65	05,58	-	-	-
1936	00,81	00,00	02,31	05,29	01,52	09,09	07,35	02,30	03,50	01,28	14,72	-	-	-
1937	00,81	00,00	03,01	09,16	02,99	27,29	11,00	08,43	02,70	03,16	07,57	-	-	-
1938	00,80	-01,89	02,19	02,17	-01,45	15,55	08,58	10,88	03,29	02,45	04,28	-	-	-
1939	00,00	-00,96	02,86	-00,93	-01,47	08,07	04,67	07,94	03,18	02,99	02,64	-	-	-
1940	03,17	02,91	04,17	14,71	00,75	19,13	23,26	27,71	11,73	12,79	03,00	-	-	-
1941	02,31	00,94	05,33	-	05,19	16,83	23,90	17,63	10,50	12,89	10,68	02,60	12,30	03,40
1942	03,01	00,93	07,59	-	10,56	16,57	38,58	31,99	07,00	08,68	11,40	05,70	15,10	16,50
1943	00,73	00,93	04,12	-	06,37	27,46	60,53	18,78	04,67	00,84	10,24	01,10	26,30	30,70
1944	02,17	00,00	00,00	-	01,20	27,57	144,84	26,47	00,00	01,25	12,86	-00,30	16,20	25,70
1945	02,84	06,42	00,00	-	02,96	38,00	117,61	46,95	04,02	00,00	16,46	19,80	21,40	07,40
1946	08,97	26,72	01,13	-	07,47	63,89	36,39	5837,5	04,29	00,00	16,30	17,70	16,00	24,70
1947	06,96	95,92	04,47	01,79	15,51	59,74	72,86	115,0	05,76	04,12	21,96	13,50	34,90	11,90
1948	15,38	62,85	08,56	14,76	06,94	58,52	07,25	82,72	05,45	04,35	13,10	17,60	06,40	-
Média	217,95	104,03	02,43	05,34	2,73	16,03	20,57	179,83	03,23	03,31	06,77	09,15	19,98	15,84
Var.	1042905	187753	31	91	57	373	1164	942748	70	95	42	54	48	91

Fontes: (i) para o Brasil: as mesmas citadas anteriormente; (ii) para os países de OECD, período 1891-1980: Maddison (1982); período 1981-1990: FMI, op. cit., diversos números; (iii) países latino-americanos, período 1941-1979: Wilkie e Harber, diversos números; períodos 1980-1990: FMI, op. cit., diversos números

Tabela 8 - Inflação anual. Período Entre Guerras

Ano	Brasil (A)	AVG. OECD (B)	(C=A-B)	Ano	Brasil (A)	AVG. OECD (B)	(C=A-B)	AVG A.L.(D)	(E=A-D)
1914	00,00	00,38	-00,38	1933	-00,85	-02,28	01,43		
1915	08,82	17,78	-08,96	1934	07,73	00,30	07,43		
1916	07,21	28,13	-20,92	1935	05,58	00,12	05,46		
1917	10,08	33,10	-23,02	1936	14,72	03,34	11,38		
1918	12,21	29,51	-17,30	1937	07,57	06,85	00,72		
1919	03,40	30,15	-26,75	1938	04,28	04,26	00,02		
1920	09,87	41,43	-31,56	1939	02,64	02,64	00,00		
1921	02,99	08,25	-05,26	1940	03,00	12,03	-09,03		
1922	09,30	350,69	-341,39	1941	10,68	10,61	00,07	06,10	04,58
1923	10,11	669,18	-659,07	1942	11,40	13,88	-02,48	12,43	-01,03
1924	16,91	04,83	12,08	1943	10,24	13,83	-03,59	19,37	-09,13
1925	07,02	06,56	00,46	1944	12,86	22,61	-09,75	13,87	-01,01
1926	02,70	06,00	-03,30	1945	16,46	24,31	-07,85	16,20	00,26
1927	02,63	01,83	00,80	1946	16,30	665,37	-649,07	19,47	-03,17
1928	-01,47	-00,40	-01,07	1947	21,96	38,21	-16,25	20,10	01,86
1929	-00,74	01,33	-02,07	1948	03,45	26,68	-23,23	12,37	-08,92
1930	-08,99	-03,25	-05,74	Média	6,77	58,72	-51,96	14,99	-02,07
1931	-03,70	-07,18	03,48	Var	42	25794	-	20	21
1932	00,43	-05,73	06,16						

Fonte: Tabela 7

Tabela 9 - Frequência das taxas de inflação por faixas. Períodos Entre-Guerras

Países	I<1	-1<I<1	1<I<5	5<I<10	10<I<50	I>50	Moda
Alemanha	04	06	12	02	07	04	1<I<5
Austrália	04	10	04	02	03	12	>50
Austrália	07	04	15	04	05	-	1<I<5
Bélgica	05	02	04	04	06	-	10<I<50
EUA	11	04	10	04	06	-	I<1
França	08	02	-	06	16	03	10<I<50
Itália	08	02	05	05	11	04	10<I<50
Japão	09	04	05	04	10	03	10<I<50
R. Unido	08	09	07	04	07	-	I<1
Suécia	10	07	10	01	07	-	I<1 e I<5
Brasil	04	03	08	08	12	-	10<I<50
Argentina	-	01	02	01	04	-	10<I<50
Chile	-	-	-	-	08	-	10<I<50
México	-	-	01	05	05	-	5<I<10 e 10<I<50
Total OECD	74	50	72	36	78	26	-
% OECD	22	15	21	11	23	08	10<I<50
Total América Latina	00	01	03	06	17	00	-
% América Latina	00	04	11	22	63	00	10<I<50
% Brasil	11	09	23	23	34	-	10<I<50

Fonte: Tabela 7

Tabela 10 - Inflação anual. Período de Bretton Woods

(continua)

Ano	Aleman	Austria	Austral.	Bélgica	EUA	França	Itália	Japão	R.Unido	Suécia	Brasil	Argen.	Chile	Méxic.
1949	07,18	30,28	09,36	-03,16	-00,87	11,28	00,21	32,00	03,69	01,14	04,44	31,50	19,00	05,00
1950	-06,22	24,88	09,91	-01,11	00,87	07,02	03,12	-06,89	03,56	01,50	04,20	14,10	15,10	06,70
1951	07,80	27,70	20,60	08,90	07,90	16,90	09,30	15,60	08,80	15,20	07,71	50,40	21,90	12,50
1952	02,13	17,07	17,08	01,29	02,22	-21,69	04,30	05,62	09,56	07,73	15,81	38,70	22,20	14,30
1953	-01,82	-05,42	04,18	-00,27	00,82	-01,15	02,02	06,39	03,10	02,01	12,92	04,00	25,00	-02,00
1954	00,19	03,75	00,95	01,09	04,86	-00,31	03,01	06,00	01,79	00,95	19,12	03,80	72,00	05,00
1955	01,66	00,75	02,96	-00,27	-04,55	01,09	02,92	-00,94	04,48	02,97	20,44	12,30	75,60	15,70
1956	02,63	03,18	06,21	02,80	01,44	02,00	03,33	03,37	04,90	05,02	24,26	13,40	56,00	04,90
1957	01,95	02,30	02,52	03,07	03,54	03,46	01,41	03,07	03,72	04,20	20,85	24,70	33,10	05,50
1958	02,26	02,24	01,38	01,45	02,82	15,07	02,79	-00,43	03,09	04,44	16,42	31,60	19,90	11,50
1959	00,93	01,00	02,01	01,17	00,67	06,20	-00,45	00,93	00,48	00,80	30,16	114,00	38,70	02,50
1960	01,35	01,86	03,60	00,33	01,57	03,51	02,27	03,67	01,02	04,16	31,63	27,10	09,30	04,90
1961	02,32	03,60	02,52	0,91	01,06	03,28	02,00	05,31	03,43	02,09	30,89	13,60	07,00	01,70
1962	03,08	04,41	-00,38	01,47	01,21	04,90	04,79	06,85	04,35	04,78	47,38	28,20	13,10	01,20
1963	02,99	02,76	00,66	02,10	01,27	04,78	07,40	08,46	01,93	02,90	71,94	24,00	44,90	00,60
1964	02,22	03,84	02,34	04,27	01,26	03,45	05,99	03,90	03,24	03,39	81,39	22,20	46,00	02,20
1965	03,44	04,91	04,00	00,15	01,71	02,50	04,44	06,71	04,85	04,95	76,75	28,70	28,80	03,60
1966	03,54	02,32	02,92	08,18	02,82	02,72	02,33	05,08	04,06	06,47	51,60	32,00	22,90	04,30
1967	01,40	03,8	03,19	02,87	02,89	02,65	03,30	03,97	00,16	04,33	32,31	29,20	18,20	03,00

Tabela 10 - Inflação anual: Período de Bretton Woods

(conclusão)

Ano	Aleman.	Austria	Austral.	Bélgica	EUA	França	Itália	Japão	R.Unido	Suécia	Brasil	Argen.	Chile	Méxic.
1968	02,62	02,89	02,70	02,79	04,18	04,58	06,77	05,38	06,98	01,91	24,33	16,20	26,40	01,50
1969	01,88	02,99	02,82	03,64	05,40	06,37	-02,68	05,20	05,36	02,62	22,22	07,60	30,70	03,50
1970	03,42	04,38	03,93	03,96	05,91	05,26	05,03	07,64	06,39	07,07	17,95	13,60	32,60	05,40
Média	02,13	06,61	04,79	02,07	02,23	03,81	03,35	05,63	04,04	04,12	30,21	26,40	30,84	05,16
Var.	07	83	26	07	06	49	07	51	05	09	474	493	324	20

Fontes: (i) para o Brasil: as mesmas citadas anteriormente; (ii) para os países da OECD, período 1891-1980: Maddison (1982); período 1981-1990: FMI, op. cit., diversos números; (iii) países latino-americanos, período 1941-1979: Wilkie e Harber, diversos números; períodos 1980-1990: FMI, op. cit. diversos números

Tabela 11 - Inflação anual: Período de Bretton Woods

Ano	Brasil (A)	AVG OECD (B)	(C=A-B)	AVG A.L.(D)	(E=A-D)	Ano	Brasil (A)	AVG OECD (B)	(C=A-B)	AVG A.L.(D)	(E=A-D)
1949	04,44	09,11	-04,67	18,50	-14,06	1961	30,89	02,65	28,24	07,43	23,46
1950	04,20	03,66	00,54	11,97	-07,77	1962	47,38	03,55	43,83	14,17	33,21
1951	07,71	13,87	-06,16	28,27	-20,56	1963	71,94	03,53	68,41	23,17	48,77
1952	15,81	04,53	11,28	25,07	-09,26	1964	81,39	03,39	78,00	23,47	57,92
1953	12,92	00,99	11,93	09,00	03,92	1965	76,75	03,76	72,99	20,37	56,38
1954	19,12	02,23	16,89	26,93	-07,81	1966	51,60	04,04	47,56	19,73	31,87
1955	20,44	01,11	19,33	34,53	-14,09	1967	32,31	02,86	29,45	16,80	15,51
1956	24,26	03,19	21,07	24,77	-00,51	1968	24,33	04,08	20,25	14,70	09,63
1957	20,85	02,92	17,93	21,10	-00,25	1969	22,22	03,36	18,86	13,93	08,29
1958	16,42	03,51	12,91	21,00	-04,58	1970	17,95	05,30	12,65	17,20	00,75
1959	30,16	01,37	28,79	51,73	-21,57	Média	30,21	03,88	26,34	20,80	09,41
1960	31,63	02,33	29,30	13,77	17,86	Var.	474	7	-	86	-

Fonte: Tabela 10

Tabela 12- Freqüência das taxas da inflação por faixas: Período de Bretton Woods

Paises	I<1	-1<I<1	1<I<5	5<I<10	10<I<50	I>50	Moda
Alemanha	02	02	16	02	-	-	1<I<5
Austrália	01	01	16	-	04	-	1<I<5
Austrália	00	03	14	03	02	-	1<I<5
Bélgica	02	05	13	02	-	-	1<I<5
EUA	01	04	14	03	-	-	1<I<5
França	01	01	12	04	04	-	1<I<5
Itália	01	02	13	06	-	-	1<I<5
Japão	03	02	04	11	02	-	5<I<10
R. Unido	-	02	15	05	-	-	1<I<5
Suécia	-	02	15	04	01	-	1<I<5
Brasil	-	-	02	01	15	04	10<I<50
Argentina	-	-	02	01	17	02	10<I<50
Chile	-	-	-	02	17	3	10<I<50
México	01	01	13	03	04	-	1<I<5
Total OECD	11	24	132	40	13	00	-
% OECD	05	11	60	18	06	00	1<I<5
Total América Latina	01	01	15	06	38	05	-
% América Latina	02	02	23	09	58	08	10<I<50
% Brasil	00	00	09	05	68	18	10<I<50

Fonte: Tabela 10

Tabela 13 - Inflação anual: Período de Contemporâneo

(continua)

Ano	Alem.	Austria	Austral.	Bélgica	EUA	França	Itália	Japão	R.Unido	Suécia	Brasil	Argen.	Chile	Méxic.
1971	05,28	04,71	06,11	04,30	04,28	05,50	04,79	06,09	09,39	07,42	24,07	34,70	20,80	05,00
1972	05,50	06,30	05,84	05,48	03,27	05,87	05,73	04,54	07,14	03,97	17,84	58,50	77,80	05,00
1973	06,93	07,54	09,43	06,98	06,22	07,35	09,93	11,72	09,21	08,02	13,37	60,40	352,8	12,10
1974	06,97	09,52	15,13	12,68	11,00	13,69	20,13	24,46	15,94	11,52	24,48	24,20	504,7	23,70
1975	06,01	08,46	15,07	12,74	09,18	11,64	16,93	11,78	24,25	09,28	28,95	182,80	354,7	15,00
1976	04,49	07,29	13,50	10,44	05,81	09,59	16,78	09,40	16,55	10,26	41,89	444,00	211,9	15,80
1977	03,93	05,50	12,35	05,84	06,42	09,40	18,41	08,14	15,82	11,54	43,62	176,00	92,00	29,10
1978	02,57	03,62	07,92	04,46	07,63	09,10	12,16	07,68	08,31	09,76	38,76	175,50	40,10	17,50
1979	04,50	04,24	08,50	04,74	09,00	10,75	14,76	08,03	12,24	07,26	52,74	159,50	62,50	18,20
1980	05,52	06,33	10,20	06,65	13,51	13,61	21,18	07,99	17,98	13,80	82,80	100,00	35,14	26,42
1981	05,50	06,80	09,70	07,60	10,40	13,40	17,80	04,90	11,90	12,10	105,57	104,00	19,70	27,90

Tabela 13 - Inflação anual. Período de Contemporâneo

(continua)

Ano	Alem.	Austrália	Austral	Bélgica	EUA	França	Itália	Japão	R.Undido	Suécia	Brasil	Árgen.	Chile	Méxic.
1982	04,74	05,43	11,12	08,74	06,07	11,82	16,47	02,67	08,58	08,56	98,00	165,20	09,94	58,95
1983	03,26	03,29	10,09	07,69	03,25	09,62	14,65	01,76	04,61	08,96	141,98	344,18	27,28	101,77
1984	01,75	05,67	04,02	06,35	04,30	07,41	10,81	02,28	04,96	07,99	196,74	626,67	19,82	65,53
1985	04,48	03,25	06,73	04,85	-00,56	05,76	09,18	02,05	06,07	07,40	226,97	672,15	30,69	57,76
1986	-00,10	01,70	09,10	01,30	01,90	02,50	05,80	00,60	03,40	04,20	143,74	90,00	19,00	86,20
1987	00,20	01,38	08,43	01,58	03,73	03,32	04,73	00,10	04,16	04,22	229,80	131,58	20,17	131,85
1988	01,30	01,94	07,27	01,17	03,97	02,74	05,14	00,70	04,92	05,80	682,80	342,73	14,69	114,18
1989	02,76	02,57	07,57	03,07	04,82	03,49	06,27	02,27	07,79	06,44	1,286,9	3079,2	17,07	20,01
1990	02,69	03,25	07,25	03,45	05,38	03,37	06,38	03,09	09,52	10,47	2,917,1	2311,3	26,04	26,66
Média	03,91	04,94	09,27	06,01	05,98	08,00	11,90	06,01	10,14	08,45	30,21	464,13	97,84	42,93
Var.	04	05	09	11	11	14	31	31	29	07	474	599778	19233	1388

Fontes: (i) para o Brasil: as mesmas citadas anteriormente; (ii) para os países de OECD, período 1891-1980: Maddison (1982); período 1981-1990: FMI, op. cit., diversos números; (iii) países latino-americanos, período 1941-1979: Wilkie e Harber, diversos números; períodos 1980-1990: FMI, op. cit. diversos números

Tabela 14 - Inflação anual. Período Contemporâneo

Ano	Brasil (A)	AVG, OECD (B)	(C=A-B)	AVG A.L.(D)	(E=A-D)	Ano	Brasil (A)	AVG, OECD (B)	(C=A-B)	AVG A.L.(D)	(E=A-D)
1971	24,07	05,79	18,28	20,17	03,90	1982	98,00	08,42	89,58	78,03	19,97
1972	17,84	05,36	12,48	47,10	-29,26	1983	141,98	06,72	135,26	157,74	-15,76
1973	13,37	08,33	05,04	141,77	-128,40	1984	196,74	05,56	191,18	237,34	-40,60
1974	24,48	14,10	10,38	184,20	-159,72	1985	226,97	04,92	222,05	253,53	-26,56
1975	28,95	12,53	16,42	184,17	-155,22	1986	143,74	03,04	140,70	65,07	78,67
1976	41,89	10,41	31,48	223,90	-182,01	1987	229,80	03,18	226,61	94,53	135,26
1977	43,62	09,74	33,88	99,03	-55,41	1988	682,80	03,49	679,30	157,20	525,60
1978	38,76	07,32	31,44	77,70	-38,94	1989	1286,9	04,70	1282,20	1038,75	248,16
1979	52,74	08,40	44,34	80,07	-27,33	1990	2917,1	05,48	2911,56	788,00	2129,05
1980	82,80	11,68	71,12	53,85	28,95	Média	319,90	07,46	312,44	201,63	118,27
1981	105,57	10,01	95,56	50,53	55,04	Var.	440332	10	-	62234	-

Fonte: Tabela 13

Tabela 15: Frequência das taxas de inflação por faixas. Período Contemporâneo

Países	I<1	-1<I<1	1<I<5	5<I<10	10<I<50	I>50	Moda
Alemanha	01	01	11	07	-	-	1<I<5
Áustria	-	-	10	10	-	-	1<I<5 e 5<I<10
Austrália	-	-	01	13	06	-	5<I<10
Bélgica	-	-	09	08	03	-	1<I<5
EUA	00	01	08	08	03	-	1<I<5 e 5<I<10
França	-	-	05	09	06	-	5<I<10
Itália	-	-	02	07	11	-	10<I<50
Japão	-	03	08	06	03	-	1<I<5
R. Unido	-	-	05	08	07	-	5<I<10
Suécia	-	-	03	11	06	-	5<I<10
Brasil	-	-	-	-	08	12	I>50
Argentina	-	-	-	-	04	16	I>50
Chile	-	-	-	01	12	07	10<I<50
México	-	-	02	-	11	07	5<I<10
Total OECD	01	05	62	87	45	00	-
% OECD	01	03	31	44	23	00	5<I<10
Total América Latina	00	00	02	01	27	30	-
% América Latina	00	00	03	02	45	50	10<I<50 e I>50
% Brasil	00	00	00	00	40	60	I>50

Fonte: Tabela 13

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel. *El fin de las divisas-clave*. México, Siglo XXI, 1987.
 BOMBEGER, William A., MAKINEM, Gail E. A hiperinflação húngara e a estabilização de 1944-46. In: REGO, José Márcio. *Inflação inercial, teorias sobre a inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986

- BRESCIANI-TURRONI, Constantino. *Economia da inflação: o fenômeno da hiperinflação alemã nos anos 20*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.
- BRUDEL, Fernand. *Civilization materiel, économie et capitalisme, XV-XVIII siècle*. v. 3, Paris. Armand Colin, 1979. (Le temps du monde)
- BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1973.
- CAGAN, Phillip. The dynamics of hyperinflation. In: Friedman, Milton. (org.) *Studies in the quantity theory of money*. Chicago: Chicago University Press, 1956.
- CATÃO, L. A new wholesale price index for Brasil during the period 1870-1913. *Revista Brasileira de Economia*. v. 46, n.4, p. 519-33, out/dez., 1992.
- EARP, Fábio Sá. *Aspectos sócio-políticos de um regime de alta inflação*. Departamento de Economia UFF, n. 87, agosto de 1993. (Texto para Discussão)
- FIBGE. Estatísticas históricas do Brasil, séries econômicas, demográficas e sociais. *Séries Estatísticas Retrospectivas*. v.3, 1986.
- GOLDSMITH, Raymond W. *Brasil 1850-1984: desenvolvimento financeiro sob um século de inflação*. São Paulo: Ed. Harper and Row do Brasil e Banco Bamerindus do Brasil S.A., 1986.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *International financial statistics*. November, 1992.
- MADDISON, Angus. *Phases of capitalist development*. Oxford-New York: Oxford University Press, 1982.
- MERKIN. Para uma teoria da inflação alemã: algumas observações preliminares. In: REGO, José Márcio. *Inflação inertial, teorias sobre a inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SALAMA, Pierre e VALIERS, Jacques. *L'économie gangrenée*. Paris: La Decouverte, 1990.
- SARGENT, Thomas. Os finais de quatro hiperinflações. In: REGO, José Márcio. *Inflação inertial, teorias sobre a inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- SCHWARTZ, Anna J. Secular Price change historical perspective. *Journal of Money, Credit and Banking*. v. 24, n. 4, February, 1973.
- WILKIE, James W. e HARBER, Stephen. *Statistical abstract of Latin America*. Los Angeles: UCLA Latin America Center Publications, vários números.

ABSTRACT

A CENTURY OF INFLATION: THE EMPIRICAL EVIDENCE

This article aims to show that the Brazilian inflation cannot be described as a short run dysfunctional element, as it is viewed in mainstream macroeconomics. Through an analysis of inflation from 1891 to 1990 in Brazil and in the OECD countries, it is argued that there is a typical inflationary pattern in Latin-American countries which does not relate to industrial countries' inflation. In order to do the analysis, time is broken into periods corresponding to the different international monetary regimes which held.